

Editorial: filosofia e ciência

EDITORIAL – FILOSOFIA E CIÊNCIA

As relações entre política e ciência não são nada evidentes. As relações entre política e ciência não são nada evidentes. O primeiro par, ciência e política, sintomaticamente denomina, segundo Alain Badiou, procedimentos de verdade *diferentes*, o que, em alguma medida, impede uma síntese, mas também uma relação de direta refutação entre eles. Assim, se consideramos que a política é a sua própria disciplina, sua autonomia passa a ser reguladora das relações entre ela e a ciência, de tal forma a possibilitar não apenas o *uso* de recursos da ciência para pensar-se a si própria, mas, alternativamente, a *criticar* o próprio âmbito do pensamento científico, a partir do ponto de vista político. Mas essa crítica efetivamente se dá em um âmbito no qual a refutação é possível?

A pergunta ganha outros contornos quando feita do ponto de vista da ciência. Se esta pretende legislar sobre todos os processos racionais, aparentemente, mesmo a política não poderia estar fora de seu alcance – haja vista a constituição de uma disciplina específica, a da *ciência política*, que pretende dar conta cientificamente de fenômenos políticos. Mas se a hipótese badiouiana sobre a autonomia dos procedimentos de verdade estiver correta, esta investigação científica de segunda ordem sobre o político não chega a constituir política – ou seja, não chega a *debater com a política no âmbito político*. Solução na verdade simplista se considerarmos que

o próprio acesso científico à política possa ser pensado como um problema político – ou como um problema científico.

Discutivelmente, em nenhum outro lugar essa tentativa de síntese entre o político e o científico de forma a remetê-los *ao mesmo plano* foi mais promulgada do que nos discursos acerca da cientificidade do materialismo histórico. Aqui, é como se a convergência entre política e ciência garantisse a valência – tanto política quanto científica – de ambas as esferas: um pensamento científico porque verdadeiro; com eficácia política, *porque verdadeiro*. O sonho de adequação total ao que se apresenta concretamente aparece aqui como o fiador de uma eficácia política, mas aqui é como se a prevalência anteriormente comentada se invertesse: se antes a eficácia do pensamento científico sobre o político aparece como questão política, aqui, a eficácia política da verdadeira ciência do materialismo histórico aparece como questão de *veridicidade*, portanto, de ciência. Neste número da *Crise e Crítica*, oferecemos a oportunidade de investigar, dentro dos contextos especificados por cada texto, algumas dessas relações.

O problema de uma crítica *política* da ciência apresenta-se como tema importante em alguns dos textos. Partindo da já citada pretensão ao *status* científico por parte do materialismo histórico, o texto de Mirian Kussumi retraça alguns movimentos de pensamento dos jovens Marx e Engels, na tentativa de pôr em questão esta imagem do materialismo em continuidade com uma modernidade cuja crítica, na verdade, teria sido o motor de desenvolvimento do próprio pensamento marxiano. Reconstruindo os argumentos da fase inicial de Marx e Engels sobre as formulações do idealismo alemão, a autora propõe que o método marxiano envolveria também uma crítica da concepção de sujeito moderno que se deriva de todo o

corpus iniciado por Kant, caracterizado pela separação de sujeito e do objeto que se dá a conhecer sob a forma da contemplação. Contra esta base contemplativa, o materialismo histórico ofereceria uma imagem que privilegia a participação e formação do próprio sujeito no interior do processo histórico em igual medida e entremeado aos objetos de conhecimento.

Interessante observar a mudança de perspectiva entre este texto e o de Ramon Oliveira – enquanto no texto de Kussumi a base escamoteada do marxismo é a de uma *crítica à modernidade* enquanto crítica ao sujeito desinteressado do conhecimento, no texto de Oliveira, a própria posição científica moderna comparece como base não tematizada do *fracasso* do projeto de emancipação social inscrito no arco do Idealismo alemão aos Marxismos. Neste texto, que se propõe a interrogar o atualíssimo problema do negacionismo científico na contemporaneidade, é oferecida uma visão crítica a uma resultante *irracionalista* do projeto da modernidade, mas que encontra na sua gênese as ambições da racionalização próprias do projeto científico moderno. O texto configurando-se, desta forma, em crítica racional – de matriz hegeliana – do projeto de racionalidade científica, que interroga os porquês do fracasso do projeto revolucionário não na contingência de um “retorno às trevas”, ou de uma tendência regressiva externa ao seu próprio impulso, mas na própria base do ideário modernista as razões para este fracasso.

Abordando as contradições entre *cientismo* e *ciência*, o texto de Pablo Azevedo, debruça-se sobre as reações aos “estudos sociais das ciências” - explorando uma lógica de escandalização desse tema proposta por Stenger: porque os cientistas não reagiram à abordagem de Kuhn em *A estrutura das revoluções científicas*? E

porque se escandalizam com os “estudos sociais sobre a ciência”? Explorando essa questão sob a chave proposta por Stengers em *A invenção das ciências modernas* e dos estudos kuhnianos pós anos 90, é tensionada a temática entre ciência e cientismo (ou científicismo). Há uma dupla camada de leitura que inspira e mobiliza as provocações centrais que atravessam o texto: Wallerstein-Prigogine e Stengers-Prigogine

O texto de Adamo da Veiga, por sua vez, visita um autor em específico, Gilles Deleuze, procurando mostrar a posição da ciência no interior da divisão tripartite que oferece Deleuze entre ciência, arte e filosofia. Procurando elucidar estas diferenças tais como apresentadas no livro feito em colaboração com Felix Guattari, *O que é a Filosofia?*, o autor segue buscando na obra deleuziana os modos de conceituação da atividade científica, particularmente na influência exercida por Henri Bergson, sua crítica da espacialização do tempo e as consequências que esta crítica contém para o pensamento científico e seu posicionamento no ecossistema de práticas criadoras para Deleuze. Sem perfazer uma crítica da ciência exatamente, o texto de Veiga permite pensar uma *singularidade* da forma de consideração científica dos fenômenos e das suas modalidades próprias de desdobramento genético, a partir de como Deleuze propõe esta divisão.

Em direção inversa à *crítica política da ciência*, o texto de Pedro Moraes apresenta uma possível *crítica científica da política*, a partir do tratamento estendido do problema da análise do comportamento físico de materiais sob pressão em diversas escalas. Problema eminentemente técnico, que recebe uma introdução bastante pormenorizada pelo autor, que demonstra como o aparato

técnico-matemático usado para esta análise precisa passar por adaptações contextuais para traduzir corretamente o comportamento do material em questão, por exemplo, uma liga metálica, nas diversas escalas de análise possíveis. Esta tese aponta para um não-automatismo na aplicação dos modelos matemáticos, que precisam ser pragmaticamente considerados e localmente adaptados. O autor especula então sobre a possibilidade de uma análise multi-escalar em política, e sobre quais as adaptações efetivas à escala que tal análise irá solicitar ao pesquisador.

O texto de Quentin Meillassoux, traduzido por Garbosa e J.-P. Caron, manifesta a preocupação com a autonomia dos procedimentos genéricos, e é uma apresentação didática e resumida da filosofia de Alain Badiou em dois de seus principais livros: *O Ser e o Evento*, e *Lógicas dos Mundos*. As teses principais de Badiou são apresentadas com vistas a uma visão sinóptica, ainda que informal, de seu pensamento. O papel da novidade nos quatro procedimentos de verdade – política, ciência, arte e amor – é mostrado e, sobretudo, a consistência na produção e absorção de consequências destas novidades enquanto forma de pensamento que privilegia o “dia seguinte à revolução”, em lugar do puro evento milagroso, como algumas interpretações equivocadas de Badiou poderiam sugerir. Neste sentido, o texto de Meillassoux apresenta uma dobra entre epistemologia política e prática que alguns dos demais textos irão desenvolver.

O texto de Ray Brassier, traduzido por Rafael Moscardi, faz uma abordagem do problema do *fetichismo* no contexto do pensamento marxiano, rastreando as inversões pelas quais este vem a ser efetivado na sociedade de consumo. Para a abordagem de Brassier, mais uma vez, é essencial o problema da *abstração real*,

que é tematizado por Sohn-Rethel e que permite uma reconsideração dos limites entre o abstrato e o concreto na vida social, suas torções e dobras mútuas, que readéquam o alcance do pensamento abstrato e, com ele, da possibilidade do pensamento científico e do materialismo histórico. Neste sentido, entre crítica *política* da ciência e crítica *científica* da política, o texto de Brassier se ocupa da determinação real do pensamento abstrato e da determinação abstrata da agência real, circuito que se trata, conforme já havia dito Kussumi, de sustentar como objeto do materialismo histórico.

Partindo do recente interesse manifestado, entre outros, pelo próprio Ray Brassier, pelas relações entre os pensamentos de Marx e do filósofo da ciência Wilfrid Sellars, J.-P. Caron oferece uma abordagem específica desta relação por meio da detecção de um problema no conceito de *abstração real*, tal como presente na tradição marxista e enunciada na obra de Alfred Sohn-Rethel. A partir do confronto entre Sellars e Sohn-Rethel, Caron procura encontrar uma alavanca que justifique a hipótese da abstração real sem que esta recaia no chamado “Mito do Dado”, criticado pela tradição sellarsiana. Esta formulação renovada da abstração real justifica por sua vez uma abordagem multi-escalar das lógicas que determinam os mundos sociais – em continuidade com o trabalho do coletivo *Subset of Theoretical Practice* (“Subconjunto de prática teórica”), citado no texto – vindicando uma forma de raciocínio delegado que atribui à própria organização social valência cognitiva na obtenção de conhecimento sobre os processos políticos. Neste sentido, a epistemologia política proposta por Caron pretende ser uma ferramenta na luta política.

Esta abordagem termina por relacionar-se com algumas das formulações de Cássia Siqueira em seu texto, no qual ela se interroga

sobre o conceito wittgensteiniano de *Forma de vida*, procurando encontrar uma valência política para o mesmo. Se a forma de vida substitui, no pensamento wittgensteiniano, o apelo a um fundamento absoluto de nossas práticas, a abordagem de Siqueira faz menção à reconstrução proposta por Juliet Floyd a partir das relações entre Wittgenstein e Alan Turing. A partir de uma reflexão sobre o *ser genérico* e o conceito de alienação como aparecem no primeiro Marx, Siqueira propõe, na esteira de Mattin e de alguns outros autores contemporâneos, a alienação como um vetor de construção, na qual é rompida a cadeia de pertencimento entre agente e natureza, rompimento que inicia um processo de artificialização da própria forma de vida. A concepção matemática de Turing, tal como imaginada por Floyd, é levada então a reconsiderar formas de vida como construtíveis, construtibilidade esta que justifica a valência política anunciada, enquanto forma de transformação das práticas que constituem a própria forma de vida.

Mantendo a temática wittgensteiniana, o texto de Paul Livingston, traduzido por Cian Barbosa, questiona o lugar de um Sujeito da ciência, delimitado pelo *cogito* cartesiano, em uma perspectiva lacaniana que se nutre das considerações de Wittgenstein acerca do “Eu”. A posição de um “Eu” substancial que tem por correlato a totalidade de fatos a ser conhecida é aqui criticada com base tanto em textos de Lacan, quanto de Wittgenstein, com o qual Livingston tece uma interessante tapeçaria que conecta as *Investigações Filosóficas* – os parágrafos sobre o acesso privilegiado à dor, correspondentes ao jogo de linguagem do “diário das sensações”, entre outros – ao *Tractatus logico-philosophicus*, particularmente à tese da igualdade de realismo e solipsismo apresentada neste último, que advém com a dissolução de um “Eu”

que seja substancialmente separado da própria articulação lógica da linguagem.

O texto de Natália Romé retoma a dobra entre epistemologia e prática política já mencionada ao examinar o papel da *teoria* em Althusser – papel este também abordado neste volume sob um aspecto diferente no texto de Caron – e as acusações de *teoreticismo* levantadas contra o autor francês. O estatuto da teoria enquanto *prática teórica*, conforme o Althusser de *Sobre a Dialética Materialista* é examinado em sua relação paradoxal com o material pré-formado da ideologia – mas uma prática teórica à qual é vedado legislar de *fora*, da posição de uma ciência formada pairando por cima de toda e qualquer ideologia. Sob esse fundo exegético, Romé traz uma teoria da racionalidade imanente das práticas na qual a transformação imanente delas põe a distinção ao mesmo tempo em que afirma retroativamente a cientificidade da *práxis*.

Sob este aspecto, a questão da especificidade do político entra em linha de consideração em conexão com o problema da *Prática teórica* e da *Teoria da prática teórica*, que seria a filosofia, perfazendo um terceiro vértice, algo implícito no contexto de nosso volume, compondo um nó borromeano com Ciência e Política, respectivamente. Se ao longo desse editorial encontramos críticas *políticas* à ciência e críticas *científicas* à política, críticas *filosóficas* à ciência e *políticas* à filosofia, a reboque de suas aparências imediatas e em continuidade com a dificuldade de conceituação de uma *refutação crítica* de uma pela outra, cuja condição efetiva deveria ser a imanência de cada uma à prática que critica, encontramos também a localização simultânea em um e outro campo sob diferentes aspectos como forma de revelar o que há de político na ciência e de científico na política, não obstante a sua não coincidência. É este

campo complexo de sobreposições e diferenciações que coube, neste volume, falivelmente refletir.